

Os verdadeiros e reflexivos heróis

A PENA DE MORTE

no conceito do sr. António Sérgio

II

De *omni re scibili* sabe o sr. António Sérgio muito mais do que nós. E de história, sobretudo. Digamo-lo já, não se lembre alguém de supor que temos a pretensão de ensinar «o padre-nosso ao vigário». E não admira que saiba. Tem o sr. António Sérgio inteligência avonada e sobejam-lhe tempo e recursos para estudar e pensar, luxos que não pode ter quem, como nós, aluga a sua pena e o seu braço e o seu cérebro e o seu corpo e a sua alma, para ganhar o pão do seu sustento.

Sucede, todavia, que o sr. António Sérgio, sabendo quanto sabe, não se julga obrigado a dizer tudo que sabe. E se não deturpa factos, como quasi todos os historiadores, não alude a eles quando tal não convém, e assim deixa avolumar as lendas que correm acêrca de algumas figuras históricas, quando não é ele próprio quem vai ao templo turiferar os «verdadeiros e reflexivos heróis».

Não nos anima o desejo de estabelecer uma polémica com o sr. António Sérgio, para o que nos faltaria, além da competência, tempo. Queremos simplesmente varrer a nossa testada e dizer-lhe que não fazemos afirmações no ar. Podem ser pouco razoáveis os nossos conceitos, faltos de fundamento científico, desprovidos de senso crítico. Tudo isso a nossa incultura justifica. Não são, porém, apaixonados, facciosos, unilaterais.

Na sequência destas considerações, abster-nos hemos de citar as fontes a que nos reportamos, evitando assim alardear uma erudição que não temos. Os factos históricos que citarmos serão os correntes entre pessoas medianamente cultas e, portanto, sobejamente conhecidos do sr. António Sérgio. As interpretações, as ilações que serão nossas e dessas nos confessamos já réu, ainda que impenitente e irrepeso. Não afirmaremos «sob palavra de honra», mas não empregaremos, também, o — quanto a nós, errôneo — processo crítico que o sr. António Sérgio adoptou no «Desejado». Não seria lógico tal abuso nesta fôlha, e pareceria estranho documentar factos de todos ou da maior parte conhecidos e incontroversos.

E posto isto, que, para exórdio, excede já as marcas, vejamos por que não consideramos heróis o Santo Condestabre, o inclito Infante e o fundador do Integralismo lusitano.

Não consideramos Nun'Alvares um «verdadeiro e reflexivo» herói, porque não pensou em proceder como os heróis. Nun'Alvares foi um teso, um valente, um místico, um desvaído. cremos que é o dr. sr. Júlio Dantas que considera um paranóico. Moço volteiro e casaco, o seu sonho da mocidade foi só bater os castelhanos. Não teve um pensamento claro, não esboçou um plano de acção que tivesse efeitos futuros. Foi guerreiro, como se era na Meia-Idade. Foi cavaleiro, dos últimos cavaleiros, espécie de D. Quixote, um pouco menos ridículo. Entre rezar e brigar, passou a vida.

Odiava os castelhanos e não perdia ocasião de lhes bater. Por patriotismo? Não; por ódio pessoal. O fidalgo não esquecera a afronta de lhe recusarem lugar na mesa de honra, quando do banquete esponsalicio da infanta D. Beatriz com o castelhano D. João. Daí a vontade com que ficou aos de Castela.

Acaudilha o burguês Alvaro Pais, contra a opinião da aristocracia da espada e da tóga, por estar integrado nos princípios da política marítimo-comercial que a burguesia preconizava? Não. Que tinha ele com isso?! Acaudilha-o porque se trata de exercer represálias contra

os castelhanos, porque terá ensejo de se vingar pessoalmente. Depois, grosseiro, violento, ignorante, não sonha com a independência, sonha com a porrada.

O pensamento da independência e da unidade nacional não se gera na crise do fim do século XIV, vem detrás, de Afonso Henriques e dos outros dêsse tempo e do século seguinte.

Mas, ¿é Nun'Alvares um político oportunista, que aproveita o ensejo da crise para ordenar uma qualquer acção política? Nem isso. Quando já não pode bater nos castelhanos, desinereça-se da vida da Nação e vai para um convento.

¿«Reflexivo herói» pelas «sajarias» que lhe atribuiu Fernão Lopes? Mas Fernão Lopes era o cronista do rei, compadre do condestável, e se não esteve ao serviço do clero, como pretende o general sr. Morais Sarmento, estava pelo menos às ordens do amo, que lhe pagava e a quem pretendia agradar. Fernão Lopes foi um jornalista e como nós, os jornalistas, falamos em público, ou melhor escrevemos, das «sajarias» dos outros, deixe-nos o sr. António Sérgio que saibamos alguma coisa.

Mas ¿onde estão essas mesmas «sajarias»? ¿Na fala, inchada de farronças e misticismo, que deu a Afonso Pires? ¿Na «incrível» batalha dos Atoleiros, tão absurda que o crédulo sr. Malheiro Dias a apoda assim? ¿No rasgo «genial» de fazer apêar a cavalaria? ¿No feito de Aljubarrota? Mas quanto ao último é o próprio sr. António Sérgio que tem a hombridade de citar o «bom conselho dos ingleses auxiliares» e quanto à «inovação genial», ditada pelo desespero de quem se considera perdido e já não tem para onde fugir, poderia ser genial, mas era uma boa espiga para os cavaleiros. Imagine o sr. António Sérgio, que foi guerreiro, a facilidade de movimentos que poderia ter essa gente. ¿Venceu-se? Calhou. Se não se tivesse vencido não faltaria quem dissesse do Santo Condestabre, com os mesmos fundamentos, o que o sr. António Sérgio diz de D. Sebastião em Alcácer-Quibir.

Não, enquanto o sr. António Sérgio não nos demonstrar que Nun'Alvares ao bater-se com os castelhanos pensou em «assegurar a existência da nacionalidade que levaria a cabo as navegações», não consideraremos herói o Condestável. Esse pensamento, ou melhor a primeira parte dele: «assegurar a existência da nacionalidade», a sua independência, tiveram-no o dr. João das Regras, no interesse colectivo, D. João I, no interesse próprio. Nun'Alvares, não. Isso não o interessava. O que lhe aprazia era imitar a Galaaz. E imitou-o. Para que em tudo; pois há quem duvide ainda se os netos do Barbadão o foram também do donato carmelita.

Nun'Alvares será um herói, concedemos, mas um herói assim como o é — o sr. Ferreira do Amaral...

J. B.

*** Atingimos já uma verdade soberana, que é tam importante para a Humanidade como a lei da Conservação da Energia, da Física ou a lei da Conservação da Substância da Química. Essa verdade nova, essa lei sociológica é a do Progresso, «que está na razão directa da acção do Homem sobre a Natureza e na razão inversa da acção do Homem sobre o Homem».

Tudo quanto aumentar eu favorecer esta última, tolhendo a Liberdade, aumentando o despotismo ou criando a tirania, será nocivo ao Progresso. Pelo contrário, tudo quanto aumentar a acção do Homem sobre a Natureza, estudando-a, compreendendo-a e acomodando-a às suas necessidades, será favorável ao Progresso. — CARLOS DE MELO

As confissões de Russell Scott, que foi milionário e agente de negócios, executado em abril último, escritas entre as quatro paredes de um calabouço quando esperava o momento fatal da sua morte, fazem meditar uma vez mais sobre o tam discutido tema da pena de morte.

Ouçamos as próprias declarações do infeliz Scott:

«Estou sentado, solitário e sombrio, na tarimba da câmara da morte.

«Trazem-me três refeições por dia, e eu como-as do mesmo modo mecânico que come o cerdo que se engorda para o matadouro.

«E em breve seguirei o mesmo caminho que os cerdos, são e bem conservado pelo ministério da Lei que aguarda inexoravelmente o dia de fazer-me atravessar o corredor largo e cheio de barrotes que entrevejo da porta da minha cela para tirar-me a vida. A vida, tam grande para quem tem de deixá-la, abandonando no mundo duro e hostil seres queridos e indefesos: família, mulher e filhos.

«Mas ¿a Lei terá prestado algum serviço à comunidade no dia em que me tire a vida? Dois males não fazem um bem; um novo crime não repara o dano produzido por outro crime.

«Quando a lei me assassinar, não ressuscitará o homem cuja morte se me imputa. E o nó corredio que apertará a minha garganta e me arrancará suores espantosos durante breves momentos e fará o meu corpo bailar uma dança macabra no espaço, retorcendo-me desesperado em busca de ar, apertará ao mesmo tempo a garganta e a alma de minha pobre mulher e as dos meus inocentes filhos e fá-los há sofrer infinitamente mais que a mim, porque os meus sofrimentos terão terminado ao cabo de alguns minutos e os deles prolongar-se-hão durante toda a sua vida.

«¿Como é possível que as sociedades que se chamam cristãs reconciliem os ensinamentos de Cristo com o assassinio legal, com a pena capital que castiga quasi sempre com mais crueldade ainda a muitos inocentes que ao suposto culpado?

«Afirma-se que a pena capital constitue o dique mais eficaz contra o crime; que produz um espanto saudável no ânimo dos indivíduos inclinados ao delicto, contendo-os ante o temor da morte. Eu, que vou morrer, afirmo que isto é absolutamente falso.

«Sei o que digo porque desgraçadamente é certo que nos últimos tempos da minha vida frequentei o trato dos criminosos e conheço a sua maneira de pensar.

«A maioria dos homicídios não são premeditados, e cometem-se sobre o império de uma paixão que tira ao homem o domínio de si mesmo, de uma verdadeira loucura momentânea. Um ladrão arma-se para roubar, com o ânimo tam somente de defender a vida, mas ao ser descoberto, ao ver-se atacado ou a ponto de ser prêsso, perde a cabeça e dispara sem saber o que faz.

«Do mesmo modo procede o homem impulsionado pelos ciúmes, ou pela colera, ou por qualquer das paixões primitivas que todos ocultamos debaixo do nosso verniz de civilizados e que nenhum de nós sabe quando vão estalar e a deixar o disfarce.

«E' uma questão de sorte.

«Se esse estalido tem lugar em circunstâncias propicias ao crime, o homem de melhores sentimentos mata.

«Depois, existem as condições sociais que impelem ao delicto; a sede de ouro desta idade moderna; a tensão nervosa em que se vive; as injustiças da Sociedade, que criam um sentimento de rebeldia que culmina facilmente no crime.

«Os verdadeiros assassinos, os que matam com premeditação fria e calculada, são monstros, enfermos, abortos da natureza, que, se existisse um bom serviço de hygiene social, seriam reclusos em estabelecimentos especiais antes que tivessem tempo de causar dano.

«Mas o argumento capital contra a pena de morte é a possibilidade de erro, contra o qual não há precaução suficiente. Os erros judiciais têm-se dado desde os tempos mais remotos e continuam a dar-se todos os dias. Depois do meu contacto com o mundo do crime, depois da minha experiência no cárcere, posso afirmar que qualquer indivíduo pobre, desconhecido no lugar onde reside, que caia nas redes da justiça, tem noventa probabilidades entre cem de ser condenado, estando inocente.

«Nos lugares onde não existe a pena de morte, a justiça pode rectificar os seus erros. Mas não há no mundo poder que seja capaz de rectificar o erro que manda um homem bailar na fôrca.

«E a Lei terá cumprido com o preceito primitivo e selvagem: olho por olho e dente por dente.

«E o mais triste é pensar que este crime da sociedade será tam inútil e tam funesto como a bala que privou da vida o homem cuja morte se me atribue.

«Os juizes aplicam-me as leis, a seu gosto, à sua maneira ou conhecimento, mas a lei mais sábia e maior é a da Natureza, que manda a morte natural quando o julga por conveniente. Em troca, o homem, que se cre nesciamente mais poderoso que a Natureza, empenha-se em matar-me quando mais falta faço a meus filhos.

«Antes de morrer, grito com todas as forças da minha alma que não quero sair da Terra:

«¡Maldita seja a pena de morte!»